

A credibilidade preliminar

ANTES DE se encerrar o mês de fevereiro, começou a dar resultados a viagem que o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez aos Estados Unidos durante o carnaval, quando desenvolveu intensa atividade paralela aos objetivos declarados da missão (uma reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento).

EBOM lembrar que, às vésperas dessa viagem, o Brasil se vira aturdido com a revelação antecipada da proposta que o Ministro Mailson da Nóbrega encontraria sobre a mesa, que parecia ignorar olímpicamente, quer o estilo e os métodos de ação do Ministro — buscar sempre o diálogo e encontrar uma fórmula aceitável para ambas as partes —, quer o próprio gesto concreto recente do País, ao efetivar, no início do mês, o pagamento de US\$ 350 milhões, correspondentes a 37% dos juros vencidos em janeiro (US\$ 930 milhões); a um País que pedia US\$ 11,5 bilhões, para financiamento de parte dos juros referentes a 1987, 1988 e primeiro semestre de 1989, oferecia-se de US\$ 4,5 a 5 bilhões.

PADECIA então que as relações do Brasil com as instituições financeiras internacionais e com os bancos credores privados dificilmente alcançariam algum progresso significativo sobre a situação de deterioração em que se encontravam desde a decretação da moratória, faz um ano: iríamos receber, não apenas

metade do que pedíramos, mas menos da metade do que deveríamos pagar de juros, em 1988. E haveria à vista uma nova moratória.

O ACORDO firmado no domingo é preliminar; mas já significa avanço e principalmente fornece indicadores para o acordo definitivo, a envolver o reescalonamento do principal da dívida. Ele assinala a saída da estagnação e o momento de empenhar-se o Brasil pelo futuro de seu desenvolvimento econômico.

NÃO É muito o que se vai receber, se se considera o período de financiamento da dívida a ser coberto: de 1 de janeiro de 1987 a 30 de julho de 1989. É, contudo, a porta para a normalização de nossas relações com o mundo financeiro e comercial, vale dizer, para que o Brasil possa voltar a candidatar-se a recursos do Banco Mundial, do FMI, do Clube de Paris e aos fortes investimentos que o Japão se dispõe a fazer no exterior. Ele traz ainda um ganho, com a redução do spread que se pagou durante anos — o mais alto spread pago na América Latina — e com a adoção da taxa libor para os juros (em vez da prime rate, sensivelmente mais alta). E dele dependerá, enfim, a redução do déficit público interno.

RESTA saber, para o êxito desse acordo preliminar e sua evolução em acordo definitivo,

qual a sustentação política com que poderá contar o Ministro Mailson da Nóbrega, especialmente no Congresso Nacional. Resta saber se a grita dos partidários da moratória e do calote sufocará uma outra, a da necessidade que o País tem de retomar o rumo do crescimento, que exige novos investimentos.

CRESCEMOS a uma média de sete por cento ao ano, enquanto o ritmo anual de novos investimentos correspondeu a 25% do PIB. Agora, encontramo-nos num declive a nos comprometer perigosamente o futuro: os investimentos decaíram, de 17,7% do PIB, em 1986, para 16,5%, em 1987 — com todas aquelas promessas douradas da criação, em julho de 1986, do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Quanto à contribuição da poupança externa em novos investimentos, de há muito ela é igual a zero: basta a qualquer um reportar-se ao segundo semestre de 1986, quando o Governo teve que improvisar incentivos para sustar o movimento de repatriamento de capitais.

AO ACORDO provisório, é preciso responder com definições políticas nítidas, livres da interferência funesta da retórica da demagogia: sem elas, ninguém irá investir. É preciso responder com garantias novas, para compensar a credibilidade perdida: se o acordo é preliminar, é para pôr à prova a restauração da credibilidade.